



ó abstenções (4 CDU e 2 BE), anexando à presente ata, dela constituindo parte integrante, o documento ora aprovado bem como o parecer sobre o mesmo emitido. -----  
-----

**Ponto 39 – Apreciação e votação, nos termos e ao abrigo do nº1 do artigo 137º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, da proposta da C.M.A. relativa a “Quinta do Estado/Zona Nascente – Estabelecimento de Normas Provisórias – Aprovação (Proposta n.º 684/2023)”;**-----  
-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, e de acordo com o que ficou definido em conferência de representantes, foi estabelecido um período de 15 minutos para a discussão da presente proposta, tendo a mesma sido analisada pela Comissão de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações, que emitiu o respetivo parecer favorável por maioria. -----  
-----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para apresentação da proposta. -----  
-----

Pela senhora **Presidente da Câmara**: -----

“Muito obrigada, senhor Presidente. -----

Numa Assembleia Municipal em que muito temos falado sobre o tema da habitação e as preocupações que todos temos com a habitação, esta proposta vem enquadrar-se nessas mesmas preocupações. -----

Bom, falamos de quê em concreto? -----

Falamos da zona da Quinta do Estado, falamos do estabelecimento das normas provisórias que antecipam a revisão do PDM numa pequena zona da Quinta do Estado. Eu recordo que a Quinta do Estado tem 440 hectares, falamos numa zona com cerca de 17 hectares, que está a ser trabalhada já há longo tempo a esta parte, aliás, já tivemos oportunidade de abordar até aqui em assembleias municipais, no âmbito da habitação acessível, num loteamento de iniciativa municipal, mas desenvolvido pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, pelo IHRU. -----

Este processo esteve a primeira vez no Executivo em fevereiro de 2023, mas depois começou a fazer o seu calvário natural junto dos organismos da Administração Central, aqui em particular, junto da CCDR. -----



E porquê também a necessidade rápida de aprovação deste documento? -----  
Para que todos os processos urbanísticos possam formalmente dar entrada na Câmara, até porque os serviços têm estado já desde o ano passado a trabalhar, o ano passado, sim, o ano passado, início já do ano passado a trabalhar, para que seja possível ainda e o prazo é absolutamente curto, curto, curto. É preciso que tudo corra mesmo, muito, muito bem, porque o horizonte de cumprimento de todo este processo é o PRR e o horizonte de 2026. -----

Portanto, não falamos, naturalmente, de toda a Quinta do Estado. Falamos de uma zona que, no âmbito quer da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, quer da proposta relativamente à Falagueira/Venda Nova já era uma zona de habitação. Falamos de uma zona que contempla as cedências necessárias, que não podia deixar de ser de outra forma, para zonas verdes e para equipamentos e falamos também de uma zona no qual o Município assumiu o compromisso de poder fazer a ligação à rede viária, que permitirá também tornar mais fácil e, naturalmente, mais fluído todo o trânsito naquela zona. ----

E, portanto, é disto que se trata da construção, acho que disse no início, peço desculpa, a construção dos 490 fogos, 490 fogos de habitação acessível que, aliás, tivemos oportunidade de logo no momento da estratégia municipal de habitação, também podermos abordar ao nível da habitação acessível esta questão. -----

Eu confesso-vos que já tínhamos alguma pouca esperança de que este processo se pudesse concretizar. Estarão bem recordados das dificuldades que foi da constituição dos dois artigos e da integração da Estrada dos Salgados no domínio público, ou melhor, ao contrário, da integração da Estrada dos Salgados no domínio público para que fosse possível a constituição dos dois artigos e este processo avançar. Teve muitas e longas vicissitudes e também todos estamos recordados que, por via da deliberação em Conselho de Ministros de 2020, todos os terrenos da Quinta do Estado foram parar à bolsa da habitação, o que, naturalmente, ainda trouxe mais, apesar de estarem na bolsa da habitação estão no artigo único e, portanto, quem conhece estas matérias perceberá bem as dificuldades acrescidas de todo este processo, uma vez que não estamos a falar do desenvolvimento em todo o conjunto do Plano da Falagueira/Venda Nova. Portanto, o que se trata é agilizar tão rapidamente quanto possível o processo para que possamos ter habitação acessível. Eu relembro que, e há pouco falámos sobre isso, a habitação pública, tem, naturalmente, uma importância significativa e não fechamos de todo, nem poderíamos fazer, a porta ao incrementar de habitação pública, mas aqui falamos de habitação acessível, não falamos de habitação para realojamento, para que seja claro,



quer relativamente aos partidos políticos que são mais a favor de uma situação e outros mais a favor de outra, falamos de habitação acessível, ou desculpem, falamos de habitação acessível exatamente e que é, que são os 490 fogos que se vão desenvolver nesta zona da Quinta de Estado. -----  
Muito obrigada, senhor Presidente. " -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições e intervieram os seguintes membros, nos termos que se enuncia: -----

Pela senhora **Mónica Ferreira** (PAN): -----

"Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, excelentíssima senhora Presidente da Câmara, excelentíssimos Vereadores, caro público, excelentíssimos Deputados. -----  
O PAN concorda que é um dever dos municípios contribuir para a satisfação da necessidade básica que é a habitação. Está a ser votada a implementação de normas provisórias para o terreno da Quinta do Estado, enquanto não entrar em vigor a revisão do PDM. A Quinta do Estado, é um dos poucos terrenos com solo quase intocado na cidade. Os solos saudáveis desempenham um papel tão importante na luta contra as alterações climáticas, já que armazenam grandes quantidades de CO2, ajudando a mitigar as concentrações desse gás na atmosfera, filtram água potável e reduzem a impermeabilização que impossibilita o escoamento das águas. Já para não referir que o rácio das árvores por habitante na cidade está longe de ser o aconselhado pela OMS para a compensação da emissão de carbono. -----

A Amadora, é a cidade de Portugal e uma das cidades da Europa com mais densidade populacional, pretendemos que seja precisamente a Amadora a ser cada vez mais sobrecarregada com betão e prédios a perder de vista? -----

Para além disso, para assegurar a sustentabilidade e a resiliência de uma cidade densamente povoada, é necessário que as áreas urbanas sejam bem planeadas, com infraestruturas adequadas. -----

O PAN Amadora considera que não nos podemos antecipar ao PDM, votando favoravelmente uma proposta que impacte tão significativamente na preservação dos solos de uma das poucas áreas com solos não impermeabilizados da Amadora, sem estar na posse desses elementos que asseguram a visão de conjunto. Existem edifícios devolutos na cidade da Amadora, muitos deles à venda. Questionamos o que será construído nas áreas de bairros sociais erradicados, como, por exemplo, o bairro de



---

Santa Filomena. Discordamos de que a Quinta do Estado se transforme numa urbanização como outra qualquer. A habitação é um grande desafio, mas o combate contra as alterações climáticas é o maior desafio das nossas vidas. Obrigada.” -----  
-----

Pela senhora **Mónica Cabaça** (CDU): -----

“Muito obrigada, senhor Presidente. -----

A proposta aqui em discussão da Quinta do Estado, incluída no projeto habitação acessível e cujo promotor é o IHRU, prevê a construção de cerca de 490 fogos, 6 pisos, comprometendo assim 17 hectares daquela que é das poucas áreas verdes que restam no Concelho da Amadora. De acordo com o projeto apresentado, estamos a falar de valores de arrendamento que apenas incidem sobre uma pequena franja da nossa população, cujos vencimentos são incomportáveis para os valores em causa. Por outro lado, estes 17 hectares são o início do fim da única mancha que nos resta, da única mancha verde que nos resta. Atualmente, se queremos dar um passeio, andar de bicicleta ou simplesmente caminhar numa zona mais verde ou desafogada, somos obrigados a ir para Lisboa, para Oeiras ou para Cascais. Trata-se de uma área alagadiça com potencial de cheia em períodos mais chuvosos. -----

Não terá a Câmara outros locais para a construção deste projeto, mesmo dentro da Quinta do Estado, ou, por exemplo, recentemente vendeu terrenos municipais na área da Vila Chã e Serras das Brancas. Esta área, além disso, está a comprometer o bom funcionamento da Feira da Brandoa que, aliás, devia de ser requalificado. -----

Preocupa-nos as enormes carências habitacionais, naturalmente, onde impera a especulação imobiliária, fruto da pressão exercida pela proximidade com a cidade de Lisboa, mas este projeto não dá resposta a tantos jovens que gostariam de ficar na nossa cidade e que tiveram de sair nos últimos anos. Não dá resposta aos moradores que vivem em situações precárias na Estrada Militar, Casal do Silva, Encosta da Paiã e na restante Brandoa. -----

Porque queremos um parque na Quinta do Estado e uma cidade com menos betão, que não seja apenas dormitório e acima de tudo, porque queremos mais qualidade de vida, manifestamos o nosso voto contra este projeto que não dá resposta à necessidade da população da Amadora nem pela parte verde, nem pela parte da questão da habitação. -  
Muito obrigado.”-----  
-----

Pelo senhor **Hugo Roque** (PSD): -----



“Obrigado, senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, boa noite, caros colegas, caros munícipes. -----

Tentar enquadrar aqui em 2 minutos aquilo que temos a dizer sobre este tema, mas começar aqui sobre, em particular, sobre a Quinta do Estado. -----

A Quinta do Estado ao longo dos últimos anos, eu tenho ideia até que foi desde que a senhora Presidente assumiu funções, foi tida como a nova centralidade da Amadora, portanto, foi tida como o projeto estratégico, até pelas novas vias que foram feitas no local, pela forma como a aposta foi feita num conjunto de infraestruturas que estariam ao dispor depois daquilo que seria um conjunto de empresas que pudessem vir usufruir daquele espaço e, portanto, foi tida, digamos assim, como o espaço na Amadora, o local na Amadora que se apostaria, eu diria quase numa lógica de Amadora 2025 ou 2030. Portanto, uma Amadora do futuro, e o que é que acontece? -----

Acontece que estamos em 2023 e realmente os eixos rodoviários estão construídos e a Quinta do Estado agora é trazida aqui à colação relativamente aqui a uma pequena parte da Quinta do Estado, que não é assim tão pequena quanto isso, porque, na prática a documentação que aqui vem e a senhora Presidente adicionou a informação importante ao falar dos 490 fogos que não estão aqui mencionados, mas, ainda assim uma parte com uma dimensão significativa da Quinta do Estado. E, porque é que é uma dimensão significativa?-----

Porque há aqui dois eixos para analisar esta questão. -----

O primeiro eixo, é falar de políticas públicas de habitação, conforme o Governo tem falado, é um problema nacional e é um problema que as câmaras têm que resolver. A Amadora tem uma dificuldade muito em particular, pelo facto de ser um terreno brutalmente urbanizado e ser um terreno que tem, infelizmente, uma densidade populacional extremamente elevada. É muito difícil arranjar terrenos para construção. Isto, naturalmente, tem a ver com um conjunto de estratégias que foram seguidas ao longo dos anos e que tornaram o Município densamente povoado e, portanto, tem esta dificuldade acrescida. Por outro lado, percebemos perfeitamente que aquele território é um território em que isto pode acontecer, ou seja, que é um território que tem, é elegível para se pensar nele como uma nova centralidade e logo com uma área de aposta, percebe-se perfeitamente, havendo aqui uma lógica de uma política habitacional para dirigir a um conjunto de pessoas e de agregados que têm naturalmente dificuldade em ter essa habitação. Percebe-se que aquele local é um local privilegiado para isso. --- Qual é que é o problema? -----



O problema aqui é que nós estamos a olhar novamente para aquele local e a tipologia de edifícios que vai lá ser feita é uma tipologia que eu diria, eu não quero ser exagerado, mas que remonta um bocadinho àquilo que é a Amadora da década de 90, da década de 2000, que é uma Amadora com edifícios extremamente altos, 6 pisos. Eu até, eu até trago aqui um bocadinho, não, eu até trago aqui um bocadinho, acho que é um exemplo de uma rua que eu acho que é uma rua que demonstra bem aquilo que eu acho que podia ser feito ver diverso daquilo que foi feito. A Avenida Manuel Cabanas, que é a avenida principal da rua do Neudel, tem de um lado prédios com 4 pisos e tem do outro lado prédios com 7 pisos e eu acho que nas novas políticas de habitação, tendo em conta os cuidados que tem que se ter com a forma como se urbaniza, parece-nos a nós, PSD, e até cumprindo as boas práticas de habitação, que tudo o que sejam zonas menos densificadas, independentemente depois do número de fogos que sejam lá construídos, naturalmente, são zonas que acarretam uma melhor distribuição, tanto da malha urbana, como também ao mesmo tempo da capacidade que tem de as pessoas poderem ter uma vida mais facilitada. Por outro lado, isto traz também, naturalmente, um tema de acessos que eu imagino que esteja a ser pensado, que é um tema de acessos, porque estamos a falar de praticamente duas mil pessoas que certamente viverão naquela zona aqui não está, naturalmente, também não teria que estar aqui revestido. Eu penso, acredito eu, que esse problema tenha que ser pensado, mais que não seja porque tem que haver naturalmente eixos rodoviários que têm que aportar esse tema. ----- Por essa razão, ou seja, percebendo a importância do tema divergindo aqui na forma como os prédios e a tipologia dos prédios que vão ser feitas, abstivemo-nos e vamos abster-nos nesta proposta. Muito obrigado.” -----

Pela senhora **Telma Correia** (PS): -----

“Então, muito boa noite, senhor Presidente e Mesa, muito boa noite, senhora Presidente e restante Executivo, muito boa noite, senhores Deputados Municipais, muito boa noite, público presente na sala e que ainda resiste a esta maratona e público que nos assiste em casa e que igualmente resiste a esta maratona. -----

Exatamente porque estamos todos muito resistentes a esta maratona, eu não vos vou maçar, vou só rever os grandes números no que diz respeito à documentação que nos foi distribuída, mesmo porque eu acredito que não tivemos todos a ler a mesma. -----

Então, revendo os grandes números, a Quinta do Estado tem mais de 400 hectares. A área que temos aqui em apreço, tem 17 hectares, portanto, 17 no comparativo com



400, não me parece parte significativa dos 400 hectares. Ainda assim, temos aqui nas normas provisórias estabelecidas para, ou melhor, nas normas no estabelecimento das normas provisórias o artigo sétimo que nos diz especificamente que nas cedências temos aqui, vou-vos poupar aos pormenores técnicos, mas aqui em termos de cedência, temos aqui um meio por meio, ou seja, por cada área impermeabilizada, por cada metro de área impermeabilizada há um outro tanto de cedência de área que fica disponível, portanto, acho que também por aqui fica de alguma forma salvaguardado o tema de impermeabilização do solo, bem como o tema da altura dos prédios, porque a grande questão nos edifícios, independentemente de estarmos aqui a discutir ou não desenho urbano, a grande questão não é a altura dos edifícios, é o desafogo que os edifícios possam ou não ter, principalmente nos arruamentos adjacentes, o que parece estar aqui salvaguardado pelo dito artigo sétimo, que volto a repetir, prevê um meio/meio, mas acima de tudo o que temos aqui é um financiamento PRR que estamos, que queremos ou não mobilizar para a construção de renda acessível e recordo que o programa renda acessível faz parte de uma política pública que vai para além da política municipal, destinada a oferecer a responder a necessidades reconhecidas, tanto em termos nacionais como europeus, a necessidades emergentes de uma série de fatores que também nos vamos aqui poupar de discriminar, mas as necessidades emergentes de respostas habitacionais a classes médias, a classes médias baixas e à população em geral, independentemente da classe a que pertence em cada momento da sua vida. Aquilo a que aqui chegamos e curiosamente, e paradoxalmente nesta própria reunião, e diria que quase bipolarmente nesta própria reunião a propósito das discussões das grandes opções do plano, ouvimos da esquerda à direita toda a gente a defender a fortíssima necessidade de apostar na habitação, depois dependia no tempo e no modo e nos públicos, uns para uma habitação, uns por umas respostas habitacionais de base, outros de respostas habitacionais de primeira para jovens, outros para umas respostas habitacionais de classe média, outros para umas respostas habitacionais dos mais carenciados, era o que fosse. Mas a verdade é que é comumente reconhecido nesta Assembleia e não foi só na sessão de hoje, é comumente reconhecido nesta Assembleia em termos nacionais, que têm que ser criadas respostas públicas para problemas habitacionais emergentes e evidentes que a sociedade vive neste momento e que não são exclusivos, ou que já não são exclusivos, de uma franja da população, que são transversais a toda a população. E este programa renda acessível visa exatamente responder a um espectro maior, também responder ao espectro a que até agora



respondiam as políticas públicas habitacionais, mas a esse espectro e um espectro maior do que esse, em resposta clara às necessidades presentes e emergentes habitacionais reconhecidas publicamente e não deixa de ser quase confrangedor perceber que uns porque é pouco, outros porque é muito, uns porque é alto, outros porque é caro e outros porque é barato, ao fim do dia não concordam com aquilo que ainda há duas horas, parecia que todos clamavam. -----

O Partido Socialista revê-se nestas políticas e obviamente que votará a favor, disse!"-----

Pelo senhor **Miguel Feio** (BE): -----

"Nós acompanhamos, obviamente, a necessidade de criar políticas de habitação que sejam transversais, como disse muito bem, é um problema que não afeta só uma franja, mas nós, quando olhámos para a proposta e vimos, aliás, isto é uma candidatura PRR no programa de apoio à habitação, que diz muito claramente que a condição de elegibilidade no aviso abertura é criar condições habitacionais para aquelas pessoas que vivem em condições indignas, é critério de elegibilidade, portanto, se não se isto não for criado, eventualmente em sede de auditoria terão que ser feitas as contas para se perceber o que é que foi feito de facto e a nossa posição, obviamente, para além de acharmos que existem outros mecanismos de política pública, nomeadamente, reabilitação de edifícios devolutos, etc., é importante também continuar a criar habitação pública, porque só assim também se consegue combater o mercado completamente desregulado e especulativo, que aumenta os preços e põe as famílias sem capacidade para aceder à habitação. Mas eu agora fiquei muito mais esclarecido sobre para quem é que se destinam estas casas, porque se eu achava e acreditava na bondade da política que os 490 fogos se destinariam àquelas pessoas que vivem em condições completamente indignas, e às vezes algumas delas nem sequer têm casa, e há bocado até fiquei um bocadinho pensativo sobre o que é que a senhora Presidente quis dizer quando a habitação pública tradicionalmente tende a guetizar as pessoas. ---- Eu sei, eu sei, eu sei a que é que se referia e fiquei a pensar, o que é que seria feito de diferente. -----

Agora com a intervenção da senhora Deputada, percebi que claramente, tendo em conta a nova centralidade destas habitações, claramente que estas casas não são, não se vão destinar àquelas pessoas que vivem nas condições mais indignas, eventualmente não conseguem sequer aceder à habitação e, portanto, foi bom também para esclarecer sobre o que é que, o que é que se pretende com esta habitação. -----



-----  
Pela senhora **Telma Correia** (PS): -----

“Só vou dizer que fiquei sem perceber se essa intervenção era boa ou se era má? -----  
Mas sim, de facto, é se essa constatação a que chegou se era uma constatação benigna ou maligna, mas sim, eu acho que é comumente reconhecido que as políticas públicas têm que responder a uma série de necessidades que neste momento não estão, infelizmente, não só em Portugal, como em vários países europeus, contidas em certas franjas da população.” -----

-----  
Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** para as respostas tidas por convenientes.

-----  
Pela senhora **Presidente da Câmara**: -----

“Muito obrigada, senhor Presidente. -----  
Só duas ou três notes muito breves, o resto já foi tudo conversado, mas permitam-me, senhor Deputado Miguel, duas ou três notas relativamente ao PRR, que sei que é uma temática que gosta particularmente e que conhece e que acompanha e conhece bem as áreas do PRR da habitação. O PRR habitação não se esgota no alojamento urgente e temporário, tem as residências universitárias, tem a habitação acessível, portanto, esse deixar no ar que nós parece que estamos aqui a aprovar uma coisa, mas depois o que abriu no PRR é outra, não é correto, senhor Deputado, porque eu sei que o senhor Deputado conhece os instrumentos do PRR. Olhe neste momento na cidade da Amadora neste momento, não é neste momento porque a esta hora ninguém apresenta candidatura, mas estamos a fechar um processo no âmbito do PRR - Residências Universitárias, de um protocolo que a Câmara aprovou por unanimidade entre a Universidade Nova, o ISCTE e o Politécnico de Lisboa, na Quinta do Estado, na zona dos terrenos da Quinta do Estado, numa parte no início junto aos edifícios cor de rosa, onde era a veterinária, em frente àquele equipamento que existe ali e é ou não é uma necessidade, ou é ou não é também uma necessidade para Amadora, para a área metropolitana, para quem vem estudar, é ou não é importante para Amadora? -----  
E não está neste quadro de abertura que o senhor Deputado acabou de dizer, mas não deixa de ter financiamento do PRR e o mesmo se aplica à habitação acessível. A única coisa, ou melhor, e que não é de somenos importância, o que o PRR não financia relativamente à habitação é a aquisição de terrenos e infraestruturas, isso o PRR não



financia, para isso há o 1.º Direito e há as estratégias locais de habitação e há tudo o que continuará, esperamos nós, com financiamento, que acho que estes processos não têm como voltar atrás e que estão vertidos nas estratégias de habitação e que continuarão para além de 2026. Se nós estamos neste momento empenhados em processos de aquisição de terrenos pelo concelho, o dos fogos não nos correu muito bem, é um facto. Nem a nós e que eu saiba a muito pouca gente aqui à volta. Nós, no processo de aquisição de fogos, conseguimos ir ao mercado buscar três fogos, mas no processo dos terrenos, as coisas estão a correr melhor e, portanto, o processo fecha a 31 de dezembro. Se for necessário, vamos abrir um novo processo. Agora, obviamente está a iniciar-se que fase enquanto o processo ainda está a decorrer. Uma coisa é as pessoas virem a esta oferta ou a esta disponibilidade da Câmara para adquirir, agora precisamos de avaliar os terrenos, porque depois os valores nós não somos propriamente uma imobiliária e, portanto, os valores que nos solicitam estão a começar a passar pelo crivo das avaliações para depois, os que fazem sentido, naturalmente, e felizmente, grande parte deles fazem, para podermos nós próprios, numa estratégia municipal de habitação, ficarmos com bolsas de terreno (que não temos), mais significativas e dispersas pela cidade que nos permitam olhar para outros desafios que temos na cidade, e é esse caminho que também estamos a fazer na área da habitação. Aqui, em particular, é ir de encontro àquilo que todos estivemos a conversar durante a Assembleia ou os senhores Deputados acham, se nós tivéssemos a possibilidade, vamos voltar aqui ao contrário, de o IHRU dizer, temos condições num terreno público de construir 490 fogos de habitação acessível e a Câmara Municipal da Amadora dissesse não queremos. -----

O que é que os senhores viriam aqui fazer na próxima Assembleia Municipal, e muito bem? -----

Tirar-nos a pele, porque só pode. -----

Eu acho que neste momento, com a crise que existe, com o desafio que temos na área da habitação, nenhum autarca deste país, se tiver a possibilidade de ter em terreno, que são do Estado, não são da Câmara, que vão de encontro a um trabalho que estava a ser desenvolvido e que vai de encontro àquilo que o senhor Deputado Hugo também dizia, e que já me ia esquecendo e que não é de somenos importância. -----

Todos esses processos demoram um tempo infinito, senhor Deputado, e são exasperantes, acredite, mas um caminho inicial que nós tivemos que começar a fazer, que foi priorizar aquela zona. Porque é que, e os senhores Deputados questionaram,



recordo-me bem, aqui muitas vezes na Assembleia, já eu estava de Presidente de Câmara, porque é que tínhamos começado pelo Estrela de África, desculpem, pelo 6 de Maio e não tínhamos ido para a Estrada Militar? -----  
Porque havia uma estratégia, porque há uma estratégia para aquela zona. E, portanto, nós não conseguiríamos trabalhar aquela zona se a Câmara, que é o primeiro interessado em valorizar aquela zona, não desse o exemplo. E, que exemplo é que a Câmara podia dar? -----  
Começar por erradicar as situações de habitação indigna que tinha naquela zona. -----  
Porque, se nós tivéssemos começado, ou, se naquele momento, quando saímos de outros momentos de erradicação de situação de habitação indigna, tivéssemos optado pela Estrada Militar, a esta hora ainda possivelmente ao dia de hoje teríamos lá ainda as situações que tínhamos e, portanto, teríamos tido muito, teríamos muito mais dificuldade em trabalhar esta área. -----  
Porque é que relativamente ao Lisboa 2020, os investimentos foram, com muita dificuldade, sabem bem que as questões e, mesmo no âmbito dos planos do PEDUS e do PAMUS que tanto falamos aqui há uns anos, agora já mudámos o discurso porque já não há esses financiamentos, o investimento ali naquela zona está feito sobre esse ponto de vista. Tanto que para a continuidade do eixo estruturante já tem que ser investimento municipal, porque no atual quadro não há financiamento para essas áreas ou para esse tipo de intervenções, ao contrário do que aconteceu no Lisboa 2020. -----  
Porque é que das nossas primeiras conversas são com a unidade comercial que está naquela zona? -----  
Todos que estamos aqui conhecemos bem o nosso território. Se a unidade comercial não tivesse estado disponível, porque também tinha necessidade de o fazer, obviamente, para mudar a localização do seu sítio, como é que nós tínhamos feito o eixo estruturante? -----  
Como é que nós estávamos a trabalhar aquela zona? -----  
Não era possível, todos sabemos onde é que estava a unidade antes, e, portanto, isto é um caminho que se vai construindo, é mais lento do que todos desejaríamos. -----  
Com certeza que sim. Estes processos são complicados. Eu não conheço, e acredito que o senhor Deputado também não, nenhum processo semelhante no contexto aqui da vizinhança que tenha acontecido assim em três anos ou em quatro anos. -----  
Gostaria de terminar os meus mandatos de Presidente de Câmara com a Falagueira/Venda Nova, já, pelo menos, com alguma coisa construída para além daquilo



que foi unicamente de iniciativa municipal e de responsabilidade financeira municipal? Com certeza que sim, até porque acho que nos empenhamos muitíssimo para resolver situações mais difíceis que tínhamos naquela zona e que sem as resolver, naturalmente, este processo não poderia acontecer. E depois fomos tendo as mais fantásticas histórias e peripécias pelo caminho, naturalmente, que dá direito a escrever um livro, quer dizer, nomeadamente quando todos os terrenos da Quinta do Estado vão para o domínio da habitação através de um Decreto-Lei aprovado, um diploma aprovado em Conselho de Ministros. E, portanto, a partir daí nós começámos a nossa vida quase do início. Foi como se tivéssemos regressado ao início de todo este processo e começámos a fazer o nosso longo calvário, porque era todo o artigo único, para hoje estarmos aqui, senhor Deputado, e o caminho que temos feito relativamente a esta matéria não põe em causa nenhuma, aliás, e os senhores Deputados compreenderão, naturalmente, quando se tem um desígnio, um desígnio governativo de políticas públicas de habitação e se tem este terreno extraordinário nesta zona, imaginarão qual foi a primeira vontade do Governo? Fosse qual fosse, é normal. É normal, dizer bom aqui é um sítio bom para haver habitação e desde a primeira hora fomos trabalhando e conversando dizendo, não, nós temos que ter habitação acessível, estamos, naturalmente, disponíveis para ter habitação acessível e isso foi sempre trabalhado entre a Câmara e entre o Governo e entre o Instituto de Habitação. Mas esta zona territorial tem que continuar a permitir ter o desenvolvimento que, no âmbito do Plano da Falagueira/Venda Nova, está previsto ter e que nós continuamos a trabalhar e que iremos trazer, com certeza, não estamos à espera de milagres e, portanto, iremos trazer no início do primeiro trimestre do próximo ano, os termos de referência e o contrato para planeamento de uma das zonas. Temos os dois artigos, portanto, vamos começar a trabalhar exatamente no lado, no outro lado onde vamos fazer, do lado sul da Estrada de Salgados, não baixamos os braços e estamos empenhados neste processo e continuamos a achar hoje como achávamos há 8 anos ou há 6 anos, ou até muito antes de 6 anos atrás, que esta é uma zona importante para a cidade por excelência. -----

A senhora Deputada já o disse, mas permitam-me referi-lo outra vez. Nós temos, e acho que o trabalho feito espelha isso, de onde saíram situações de habitação indigna, construímos prédios, os senhores Deputados viram, não devolvemos o espaço à cidade? Não tivemos preocupação com criação de zonas verdes que a cidade tem muito poucas, porque é uma cidade 94%, 95% do solo é urbano. Portanto, quer dizer, acho que temos tido todo o bom senso na gestão dos espaços que vamos conseguindo cativar



positivamente para a vivência da cidade e para a qualidade da cidade e este espaço tem exatamente essa mesma preocupação, senhora Deputada, já o referiu, nós estamos a falar quase de 50/50 entre área edificável e zona verde, naturalmente, com todas as preocupações que temos relativamente a que esta zona seja, de facto, uma zona de excelência, tirando partido da sua ligação, naturalmente, que é muito positiva à cidade de Lisboa e da sua extraordinária acessibilidade, uma vez que tem metro e ferrovia de grande proximidade. -----

E, portanto, eu não acredito que os senhores, qualquer um dos senhores que estivesse aqui sentado comessem há um ano e tal a falar convosco sobre habitação acessível. Não, não queremos, nós não, essas coisas nós não queremos no nosso território. ----- Não, não pode fazer isso. Não estamos em momento, nem em condições de fazer isso, como é óbvio, como é natural e, portanto, estamos empenhados neste processo, preocupados com os prazos, muito preocupados com os prazos. Este processo tem que andar mesmo ali nas palminhas, porque 26 é amanhã e, portanto, o tempo é muito curto para conseguir dar cumprimento e aproveitar as verbas que vêm do PRR que nesta área, em particular da habitação, são absolutamente essenciais. ----- Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

Pelo senhor **João Serrano** (Interpelação à Mesa): -----  
“Sobre, portanto, é muito simples, tendo em conta a matéria que acabámos de aprovar, eu gostaria que o senhor Presidente expressasse o sentido de voto dos grupos municipais para que ficasse bem claro e registado em ata relativamente a esta matéria. Muito obrigado.”-----

Pelo senhor **Presidente da Assembleia**: -----  
“Faço com muito gosto. Faço muito gosto, deriva do Regimento. -----

Não se tendo registado mais nenhuma intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (PS), 5 votos contra (4 CDU e 1 PAN) e 12 abstenções (7 PSD, 1 CDS-PP, 2 BE e 2 CHEGA), anexando à presente ata, dela constituindo parte integrante, o documento ora aprovado bem como o parecer sobre o mesmo emitido. -----